Capacidade total dos reservatórios em metros cúbicos (C)	100 < C ≤ 500	50 < C ≤ 100	10 < C ≤ 50	C ≤ 10
Vistorias periódicas	€ 800	€ 500	€ 400	€ 200
Repetição da vistoria para verificação das condições impostas.	€ 600	€ 400	€ 300	€ 200
Averbamentos	€ 100	€ 100	€ 100	€ 100
Licença de construção, ampliação ou alteração.	€ 200 acrescidos de € 2 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 150 acrescidos de € 2 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 100 acrescidos de € 2 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 100 acrescidos de € 2 por metro quadrado de área de intervenção.
Licença de exploração	€ 250 acrescidos de € 1,50 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 200 acrescidos de € 1,50 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 150 acrescidos de € 1,50 por metro quadrado de área de intervenção.	€ 150 acrescidos de € 1,50 por metro quadrado de área de intervenção.

QUADRO XXI

Programa plurianual de investimentos

PPI indicado na alínea *h*) do artigo 32.º e na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 33.º para o ano de 2006 — € 41 855 618.

Nota. — Este valor do PPI será corrigido anualmente no prazo de 30 dias após aprovação pela Assembleia Municipal do programa plurianual.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEL

Aviso n.º 1072/2006 (2.ª série) — AP. — *Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.* — Norberto António Lopes Patinho, presidente da Câmara Municipal de Portel, torna público que a Assembleia Municipal de Portel deliberou, em sessão realizada no dia 24 de Fevereiro de 2006, aprovar a proposta de alteração do Regulamento do Cartão Municipal do Idoso, publicada em anexo.

22 de Março de 2006. — O Presidente da Câmara, *Norberto António Lopes Patinho.*

ANEXO

Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso

A Assembleia Municipal de Portel, no uso de competência própria conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo em consideração a forma como tem vindo a decorrer o processo de candidaturas ao cartão municipal do idoso e tendo em vista uma maior abrangência na sua atribuição, aprovou, em sessão de 24 de Fevereiro de 2006, sob proposta da Câmara Municipal, a alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.

Assim, o artigo 3.º do Regulamento do Cartão Municipal do Idoso publicado no apêndice n.º 112, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 17 de Agosto de 2005, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

Beneficiários

- 1 —
- a)
- b)
- c)
- 2 — Consideram-se economicamente carentes os cidadãos cujo rendimento mensal *per capita* não ultrapasse o valor de € 250 mensais.
- 3 —
- 4 —
- a)
- b)
- 5 —

Vigência. — A presente alteração entra em vigor no prazo de 30 dias contados da data da sua publicação no *Diário da República*.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Aviso n.º 1073/2006 (2.ª série) — AP. — 1 — Bernardino Guedes de Castro (6090), bibliotecário arquivista principal, requereu prorrogação da equiparação a bolseiro para frequentar o curso de mestrado em Gestão Pública.

2 — O Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, prevê a possibilidade de os funcionários e agentes da Administração Pública requererem a equiparação a bolseiro quando se proponham realizar programas de trabalho ou estudo, bem como frequentar cursos ou estágios de reconhecimento interesse público no País.

3 — A obtenção do curso de mestrado em Gestão Pública na Universidade de Aveiro pelo técnico superior acima referido reveste-se de interesse para a área funcional onde está integrado.

4 — O referido curso decorrerá por um período de um ano lectivo (2005-2006).

Assim, torno público que, por despacho do vereador de 20 de Outubro de 2005:

1 — É concedida a prorrogação da equiparação a bolseiro a Bernardino Guedes de Castro (6090), bibliotecário arquivista principal da Direcção Municipal da Cultura, durante o período acima referenciado.

2 — A equiparação a bolseiro implica a dispensa do serviço de um dia por semana à segunda-feira todo o dia, com efeitos a partir de 20 de Outubro de 2005.

10 de Fevereiro de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Administração de Pessoal, *Ángelo Rocha.*

Aviso n.º 1074/2006 (2.ª série) — AP. — 1 — Adriano Zilhão de Queirós Nogueira (3529), técnico superior sociólogo assessor, requereu prorrogação da equiparação a bolseiro para frequentar o *doctorado* em Problemas de la Arquitectura y Ciudad Moderna: Teoría, História, Proyectos da Universidade de Valladolid.

2 — O Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, prevê a possibilidade de os funcionários e agentes da Administração Pública requererem a equiparação a bolseiro quando se proponham realizar programas de trabalho ou estudo, bem como frequentar cursos ou estágios de reconhecido interesse público no País.

3 — A obtenção do *doctorado* em Problemas de la Arquitectura y Ciudad Moderna: Teoría, História, Proyectos da Universidade de Valladolid pelo técnico superior acima referido reveste-se de interesse para a área funcional onde está integrado.

4 — O referido curso decorrerá por um período de um ano lectivo (2005-2006).

Assim, torno público que, por despacho do vereador de 20 de Outubro de 2005:

1 — É concedida a prorrogação da equiparação a bolseiro a Adriano Zilhão de Queirós Nogueira (3529), técnico superior sociólogo assessor da Direcção Municipal do Urbanismo, durante o período acima referenciado.

2 — A equiparação a bolseiro implica a dispensa do serviço de um dia por semana à sexta-feira todo o dia, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005.

10 de Fevereiro de 2006. — O Director de Departamento Municipal de Administração de Pessoal, *Ángelo Rocha.*